

CADERNOS

ABONG

22

Orgão da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Outubro de 1997



Gênero
o olhar que transforma

ABONG

ABONG

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Fundada em agosto de 1991, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) objetiva representar e promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Neste sentido, a ABONG busca servir de veículo de expressão, em níveis nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs frente à problemática do desenvolvimento da sociedade brasileira. A ABONG reúne atualmente mais de 230 associadas e está organizada em 8 regionais: Norte, Centro-Oeste, Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste 1 (PE, AL e PB), Nordeste 2 (BA e SE) e Nordeste 3 (CE, PI e RN).

ICCO

Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento

P.O.Box 151

3700 AD Zeist

Holland

Tel: +31 (0) 30 692 78 11

Telefax: +31 (0) 30 692 79 87

E-mail : admin@icco.nl

Cadernos ABONG são publicações da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

*Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo. CEP: 04530-001
Tel (011) 829-9102. Telefax (011) 822-6604, E.mail abong@uol.com.br*

Diretoria Executiva da ABONG:

Silvio Caccia Bava (presidente), Jorge Eduardo Saavedra Durão (secretário), Nalu Faria Silva (tesoureira), Vandevaldo Nogueira, Conceição Paludo, Átala Roque, Paulo Pires de Campos, Aldalice M. da Cruz Oterloo.

Equipe dos Cadernos

Rosângela Paz (ass. diretoria), Mariângela Graciano (jornalista), Iume Taga Tamoto (secretária), Neusa Dias (diagramação/editoração).

Tiragem: 2.000.exemplares

Apresentação

A ABONG se propõe a atuar na cena pública para construir uma sociedade democrática e plural. Para tanto, busca uma visão comum do que significa esta nova sociedade e dos caminhos para sua construção, contemplando a diversidade de preocupações e ações das ONGs filiadas. Além disso, procura relacionar-se com outros atores e atrizes com propósitos semelhantes, com destaque para os movimentos sociais.

A ABONG se predispõe também a contribuir para o desenvolvimento institucional das ONGs, para que este seja adequado à realização de suas respectivas missões no atual momento político.

Em todos estes pontos é imprescindível considerar os aportes do feminismo e a dimensão de gênero. As mulheres foram para as ruas e se constituíram enquanto sujeitos políticos capazes de formular e reivindicar seus direitos; questionaram os modelos teóricos existentes; construíram novas referências; e influenciaram amplos setores a desafiar novas formulações. Depois disso muita coisa mudou.

Os modelos teóricos de análise da realidade e as propostas para a construção de uma nova sociedade foram questionados. Hoje, a incorporação da dimensão da justiça de gênero é uma exigência. Novas referências se colocaram, compreendendo que a desigualdade entre mulheres e homens é um problema de toda a sociedade, que perpassa o conjunto das relações sociais. Não é possível desconhecer que uma sociedade efetivamente democrática e plural deve contemplar a justiça de gênero.

Por isso, entre os vários desafios colocados para a ABONG e suas filiadas está o de construir uma plataforma de ação que consiga reunir a diversidade de propo-

ção da atuação das ONGs. O tema das relações de gênero se coloca como uma das prioridades, pelo seu papel estruturador do conjunto das relações sociais, e por sua transversalidade.

Com esta publicação pretendemos contribuir para que este debate ocorra nas várias ONGs, e se construam interfaces necessárias para a disseminação da discussão e a construção de uma plataforma enriquecida por esta dimensão.

Este Caderno está sendo publicado graças a uma parceria entre a ABONG e a ICCO - Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento. É fruto de um amplo processo de discussão que se iniciou no seminário "Relações de Cooperação e a Política de Gênero", promovido pela ABONG-PE, Red Entre Mujeres, SACTES e Fórum de Mulheres de Pernambuco, que aconteceu em outubro de 1995, em Recife, e teve continuidade em um seminário realizado na ABONG em setembro de 1996. Finalmente, em junho de 1997 promovemos um seminário cujo objetivo central foi preparar seminários regionais de capacitação em gênero e aprofundar a discussão sobre o plano de trabalho da ABONG nesta questão.

O primeiro artigo trata da contribuição do feminismo e das relações de gênero no debate sobre modelos de desenvolvimento. O segundo artigo traz um breve histórico do movimento de mulheres e do feminismo. O terceiro trata do debate sobre gênero nas ONGs de mulheres. O quarto artigo coloca uma introdução à discussão de políticas públicas e gênero. E, por fim, o último traz uma resenha do debate teórico sobre gênero e planejamento, trabalhando as propostas de modelos voltados para corrigir as desigualdades entre mulheres e homens.

Índice

Gênero e desenvolvimento: de que estamos falando?	
<i>Sônia Corrêa</i>	5
Legado feminista e ONGs de mulheres: notas preliminares	
<i>Angela Arruda e Maria Luiza Heilborn</i>	11
ONGs de mulheres: trajetórias e os usos do gênero	
<i>Sônia Corrêa</i>	16
Gênero e políticas públicas - a quem interessa o debate sobre o tema	
<i>Silvia Camurça</i>	23
Gênero e planejamento	
<i>Nalu Faria</i>	26

Gênero e desenvolvimento: de que estamos falando?

SONIA CORREIA*

“Gênero e Desenvolvimento” (G&D) é hoje terminologia de uso corrente no vocabulário das ONGs brasileiras. A formulação, firmada desde algum tempo no discurso das agências de cooperação e das ONGs feministas, passa a integrar a agenda de organizações que se interessam por temas que, até muito recentemente, eram conhecidos como “questão ou discriminação da mulher”.

Esta legitimação - e porque não dizer vulgarização - inspira o exame da trajetória de construção da terminologia, assim como de seus conteúdos. “Gênero e Desenvolvimento” - linguagem dos anos 90 - foi precedido pela formulação “Mulher e Desenvolvimento” nos anos 70 e 80, um trânsito semântico que será tratado em detalhe na seção subsequente. Nesta introdução, são explorados aspectos relativos à distinção necessária entre os estatutos epistemológicos de “gênero”, por um lado, e “desenvolvimento”, por outro.

“Gênero” sintetiza o conceito de siste-

ma de sexo/gênero concebido, na década de 70, por teóricas e pesquisadoras feministas do campo da Antropologia. Segundo Barbieri (1993):

“Os sistemas de gênero correspondem à totalidade dos arranjos através dos quais as sociedades transformam a sexualidade biológica em atividades humanas e a partir dos quais as necessidades humanas são tanto satisfeitas quanto transformadas. O poder contido nos sistemas de gênero opera com mais força nos estágios reprodutivos da vida humana, quando os meios para controlar a sexualidade, a reprodução e o acesso às atividades produtivas estão situados e funcionam de maneira mais aguda. Esta definição favorece a desconstrução das diferenças de gênero que foram e continuam sendo interpretadas e racionalizadas como resultado de um ordem natural e biológica imutável, no sentido de pensá-las como circunstâncias construídas social e historicamen-

te, e portanto sujeitas à transformação pela ação social e política”

Ao incorporar “gênero” estamos, portanto, recorrendo a uma categoria teórico-analítica, legitimada nas ciências sociais.

“Desenvolvimento”, por sua vez, é uma definição difusa que se aplica aos mais variados campos de investigação e ação: a fisiologia, a psicologia, a economia, a política, a tecnologia, as instituições. Identificam-se na idéia de desenvolvimento rastros de noções anteriores como por exemplo: o progresso humano do século 18; a teoria Darwiniana da evolução natural; e o desenvolvimento das forças produtivas, que está entre as formulações mais conhecidas de Marx.

Desenvolvimento guarda consigo premissas de razão, transformação substantiva da condição humana e promoção da igualdade. Mas também pode ser, e tem sido, interpretado como resultado inexorável das leis naturais. Sobretudo, entre os anos 1945 e 1990,

*Arquiteta e pesquisadora do Ibase.

foi, sistematicamente utilizado como sinônimo de crescimento econômico e desempenho tecnológico¹.

Em outras palavras, um forte viés economicista marcou os usos de desenvolvimento na era contemporânea. Mesmo no contexto dos grandes debates que se desenrolaram nos anos 60 e 70 - crítica da dependência, teorias do centro e periferia, necessidades básicas (basic needs) - os argumentos estiveram circunscritos aos parâmetros da economia. São muito recentes os esforços intelectuais de-

dicados a conceber “desenvolvimento” a partir de outras dimensões e variáveis. As qualificações social, humana e sustentável que, nos anos 90, têm se agregado ao termo desenvolvimento, sugerem que a abordagem econômica convencional se tornou insuficiente, quando não problemática. A incorporação da perspectiva de gênero ao debate sobre desenvolvimento é, sem dúvida, um elemento importante deste cenário de abertura, complexificação e enriquecimento da definição.

Entretanto, é preciso dizer que quando se acoplam os dois termos produz-se uma colisão de conceitos, significados e tempos históricos. Situar-se no interior desta colisão exige teorias e práticas voltadas a compreender, analisar e incidir sobre os processos através dos quais os sistemas de gênero são afetados por e, por sua vez, afetam o tecido dinâmico e complexo em que se entrelaçam a economia, a política, o social e a cultura. Esta não será nunca uma tarefa trivial.

1970-1990: palavras e processos

A noção “Mulher e Desenvolvimento” ganhou legitimidade por ocasião da Conferência do México (1975). Preconizava-se então a integração das mulheres ao desenvolvimento, traduzido convencionalmente em termos de crescimento econômico e modernização. Muito rapidamente os limites e vieses desta proposição se fizeram evidentes. Nos anos 70 já estavam disponíveis estudos - de que foi precursora a economista Ester Boserup - demonstrando que as mulheres sempre haviam estado envolvidas na produção econômica. Dados atualizados informam que as mulheres produzem 80% dos produtos alimentícios na África; entre 70% e 80% das colheitas de subsistência no subcontinente indiano; e 50% da alimentação consumida pelos domicílios na América Latina e no Caribe. Ou seja, mesmo de um ponto de vista estritamente econômico é equivocado tratar as mulheres como “recursos

subutilizados do desenvolvimento” (Moser 1991).

Após 1975, pesquisadoras feministas ampliariam esta perspectiva crítica. Buscaram, por exemplo, evidências de que o desenvolvimento tinha, com frequência, impactos contraditórios, quando não negativos, sobre a vida das mulheres: destruição das formas tradicionais de acesso aos recursos econômicos (terra, água, sementes, florestas); diminuição de *status* por efeito de mudanças nos papéis e atribuições de homens e mulheres na esfera econômica; graves distorções nos programas de planejamento familiar que se disseminaram rapidamente depois da Conferência de População de Bucareste (1974) e que eram, geralmente, interpretados como um sinal de “modernização”.

As feministas construíram argumentos para demonstrar que mesmo nas circunstâncias em que as mulheres

estavam sendo “integradas” aos processos de modernização econômica, isto se dava em condições de desigualdades com relação aos homens em termos de direitos formais, salário, renda, acesso à terra e à propriedade, benefícios sociais etc. Em 1985, na III Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairobi, a Rede DAWN-Mudar, expandiu esta perspectiva examinando os vínculos entre a desigualdade de gênero, as disparidades de classe e casta, e os diferenciais de poder econômico entre países industrializados e em desenvolvimento (Sen e Grown 1987).

Ainda nos anos 80, várias autoras iniciaram esforços no sentido de deslocar o foco da produção econômica para a esfera da reprodução. Sen e Grown (1987) já afirmavam que a crise contemporânea do desenvolvimento era menos uma crise de produção do que uma crise de reprodução. No início da década de 90, em

¹ Retrospectivamente, as formulações dos anos 50 e 60, baseadas na premissa do efeito cascata do crescimento econômico podem ser vistas como uma releitura funcionalista e branda das concepções de Marx quanto ao potencial revolucionário do desenvolvimento das forças produtivas.

todos os países - exceto Austrália, Canadá e EUA - as mulheres trabalhavam mais que os homens. Nos países não industrializados "as mulheres gastam uma média de 12 a 18 horas por dia - produzindo comida, buscando recursos e trabalhando em atividades remuneradas e não remuneradas - em comparação às 8 ou 10 horas dispendidas pelos homens no trabalho". (Blumberg, citado por Jacobson 1992). É sempre bom lembrar que as tarefas da reprodução assumem um significado ainda mais crítico - e se tornam mais pesadas - nas situações de pobreza.

De todos os modos, ao longo da década de 80 a desigualdade entre os gêneros, tal como observada nos processos de desenvolvimento, continuaria sendo, predominantemente, debatida em termos econômicos ou com base nas premissas "legais" definidas pela Convenção contra Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres elaborada pela ONU em 1979. Em Nairobi, a violência doméstica e sexual e a noção de empoderamento ganharam visibilidade. Entretanto, o termo *status das mulheres* continuaria prevalecendo no documento final da conferência. Muito embora sistema de gênero já estivesse firmado como categoria nos círculos acadêmicos, o conceito teve quase ou nenhuma relevância nos debates de 1985.

Mas, na periferia dos debates institucionais, pesquisadoras e ativistas gradativamente aprimoravam e refinavam outras abordagens e a análise de outras variáveis: as percepções e discursos; a construção subjetiva e coletiva de identidades e papéis (mas-

culinos e femininos); sexualidade e reprodução; diagnósticos mais finos sobre violência doméstica e sexual; e exames mais acurados acerca das disparidades de "poder" entre homens e mulheres. Os resultados destes esforços iriam impactar, de forma definitiva, nos debates institucionais da década de 90.



Fernand Léger

Os Relatórios Internacionais de Desenvolvimento Humano (RDHs), publicados pelo Programa de Desenvolvimento da Nações Unidas (PNUD), a partir de 1990, fizeram dos indicadores da desigualdade entre os gêneros - renda, poder político, violência, educação - parâmetros de aferição do desenvolvimento humano nas várias regiões do mundo. Esta é uma inflexão fundamental na medida em que centraliza as disparidades entre homens e mulheres como medida possível da qualidade do desenvolvimento. Sobretudo, as variáveis consi-

deradas não são estritamente econômicas. Em 1995, o PNUD deu um passo além nesta direção concebendo dois índices específicos - o Índice de Desenvolvimento da Mulher (IDM) e a Medida de Empoderamento de Gênero (MEG), a partir do quais se faz um *ranking* entre os países, cujos resultados foram publicados em 1996 e 1997.

Da mesma forma, os Programas de Ação adotados pelas conferências das Nações Unidas, a partir da Conferência de Viena (1993), abandonaram o termo "status das mulheres" em prol de igualdade e equidade de gênero e empoderamento das mulheres. É muito significativo registrar que no processo de preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher desenvolveu-se uma acirrada controvérsia ao redor do conceito de gênero, considerado como demasiadamente radical pelos países islâmicos e pela Santa Sé. Os Programas de Ação da década de 90 também enfatizam os direitos humanos das mulheres

como "prerrogativas" (entitlements) cuja efetivação está condicionada a alterações profundas nos sistemas legais e jurídicos existentes. São ilustrações marcantes as definições de direitos reprodutivos e direitos sexuais, aprovadas no Cairo e Pequim, respectivamente².

Hoje, portanto, a desigualdade entre homens e mulheres já não é explicada como simples externalidade da dinâmica econômica. Tampouco se considera que ela possa ser facilmente solucionada pela via de medidas legais formais, muito embora elas se-

2 O significado da revolução que trata as situações da esfera privada com base em premissas de direitos humanos será tratado com maior detalhe no outro artigo de minha autoria, que se publica neste Caderno.

jam necessárias. Já sabemos que “*implícitas nas abordagens tradicionais de desenvolvimento há três suposições enviesadas. A primeira é de que o crescimento econômico é neutro no se refere às relações entre gêneros, e que homens e mulheres vão se beneficiar igualmente dos possíveis resultados. A segunda é que o modelo tradicional (e mistificado) ocidental de casa/*

família - em que pai, mãe e filhos partilham interesses comuns e colaboram com um objetivo comum - é aplicável a todas as sociedades. O terceiro é que as cargas e benefícios da pobreza ou da riqueza serão distribuídos igualmente os gêneros. Lamentavelmente, nenhuma destas suposições é verdadeira”. (Jacobson 1992).

No estado atual do debate, as rela-

ções sociais de gênero constituem uma cadeia de desigualdades que começa no nível micro (da família e da comunidade), atravessa os sistemas normativos e de mediação social (o mercado de trabalho, o sistema legal, as políticas de Estado, os meios de comunicação), terminando por afetar os pressupostos a partir dos quais se definem as macropolíticas de desenvolvimento.

A lógica da eficiência

Estão, sem dúvida, legitimados novos conceitos que enfatizam as dinâmicas de poder e lógicas de construção social nas análises que buscam articular Gênero e Desenvolvimento. Esta, porém, não é a abordagem que predomina nas políticas e programas implementados por organismos inter-governamentais e governos. Muitas instituições continuam atuando com base na premissa convencional de “integração das mulheres”. Além disto, estudos recentes revelam que - a despeito da desigualdade a que estão submetidas - as mulheres aplicam os recursos materiais a que tem acesso prioritariamente em bens e serviços

que favorecem a qualidade de vida e o bem estar das famílias, o que incide sobre as condições sociais mais amplas. Tal evidência tem inspirado o que Moser (1991) qualifica como a “lógica da eficiência”. Segundo ela, nos anos 90, as mulheres foram deslocadas da condição de “**recursos subutilizados do desenvolvimento**” para a posição de “**melhores gestoras dos recursos naturais, econômicos e sociais**.”

Neste salto da invisibilidade para a eficiência esvazia-se a perspectiva de transformação substantiva dos sistemas de sexo/gênero. A superação da desigualdade social *lato sensu* é,

sem dúvida, uma das premissas da teoria e da ação feministas. Porém, assim como não é adequado pensar as mulheres como meras “vítimas” da desigualdade, tampouco trata-se convertê-las em “salvadoras da pátria”. Ao avaliar esta distorção, Moser concebeu um esquema de análise e planejamento, desenhado especificamente para instituições de desenvolvimento, que articula ações destinadas tanto a responder as necessidades práticas das mulheres, quanto a incidir sobre o que ela denomina dimensões estratégicas de gênero (ou seja, a espinha dorsal dos sistemas de sexo/gênero).

Transformando a Cultura: requisitos e desafios

A complexificação do debate sobre “Gênero e Desenvolvimento” implica em novos requisitos e desafios. Precisão e clareza conceitual são, ao meu ver, elementos fundamentais desta nova etapa. Ao longo dos últimos vinte anos as teóricas feministas que exploraram a “questão das mulheres” recorreram às mais diversas correntes teóricas, como o mar-

xismo, a psicanálise, e até mesmo as versões mais progressistas do liberalismo político. Esta busca foi, frequentemente, frustrante pois, como lembra Scott (1993), as tradições teóricas não respondiam a contento várias das interrogações levantadas pelas feministas. No que se refere especificamente ao debate sobre desenvolvimento, é preciso dizer, porém, que

dois conceitos do marxismo foram (e continuam sendo) relevantes: divisão sexual do trabalho e reprodução social.

Mas é significativo constatar que as feministas tenham encontrado nas teorias pós-estruturalistas (pós-modernas, construtivistas) respostas que não encontraram em outro lugar. Estas teorias concebem a construção dos

sujeitos e de suas relações a partir de quatro premissas básicas: linguagem, discurso, diferença e desconstrução. Linguagem é o sistema que ordena significados e práticas culturais, a partir do qual as pessoas representam e compreendem o mundo, inclusive quem são elas. Discursos são os suportes destes significados e, sendo normativos, nos dizem como funciona o poder. Os significados se constroem por contrastes - o positivo se apoia na existência de um negativo - fazendo da "diferença" uma categoria crucial. Desconstrução é o método através do qual se investigam estas dinâmicas do poder. No cerne da abordagem está a formulação de Foucault que estabelece uma distinção entre o poder encarnado nas estruturas (Estado, Capital etc) e o poder como norma disciplinar que opera através dos discursos institucionais, representações e autopercepção dos próprios sujeitos sociais.

A adoção deste arcabouço conceitual foi fundamental, por exemplo, para examinar processos de dominação simbólica, entre os quais a dominação masculina é uma expressão particular: "*ordem que está inscrita nas coisas (divisão de espaços, tarefa e instrumentos), nas estruturas mentais (princípios, divisões, taxinomias, classificações) e nos corpos (a maneira de fazer uso do corpo e perceber o corpo do outro)*" (Bourdieu 1996). Porém, é preciso dizer que o impacto desta nova forma de compreender as relações entre homens e mulheres extrapolou, de muito, a crítica das circunstâncias pessoais e privadas. Boaventura dos Santos (1996), por exemplo, vê na teoria feminista uma contribuição fundamental para o desvendamento dos vínculos entre subjetividade, cidadania e regulação nas sociedades contemporâneas.

O fundamento do contrato social moderno é a igualdade concebida como direito ao voto universal. Seu mecanismo regulador é a cidadania que, por um lado, limita os poderes do Estado, por outro, universaliza e equaliza as particularidades entre os sujeitos, produzindo a naturalização e indistinção dos indivíduos. A crítica feminista insiste em afirmar que o contrato social moderno não é universal na medida em que exclui a esfera privada. Suas demandas, frente à lei e às políticas sociais, se apoiam na premissa de que a subjetividade diferencial (especificidade) das mulheres requer "mais" do que a cidadania formal. O feminismo se situa entre as correntes políticas que identificam sérias limitações na democracia de base representativa do modelo liberal.

É, portanto, inegável o salto teórico possibilitado pelo uso do instrumental pós-estrutural, pós-moderno e construtivista. Entretanto sua aplicação suscita desafios e dilemas. A natureza dinâmica e relacional inerente aos sistemas de gênero é, possivelmente, o aspecto mais desafiante desta nova etapa. Alterar os sistemas de sexo/gênero supõe mais que transformar as relações (objetivas e desiguais) entre homens e mulheres, pois implica em reconstruir as subjetividades (femininas e masculinas). Neste sentido, o novo milênio anuncia um campo inédito de investigação e intervenção: a transformação masculina. O horizonte desta mudança é de longo prazo, pode atravessar duas ou mais gerações. Não é tarefa simples sustentar esta agenda e perspectiva.

Outro desafio vem de que, como analisa Boaventura dos Santos (1997), no cenário deste fim de século, os poderes disciplinadores - analisados por Foucault e aos quais tão bem se aplicam os instrumentos analíticos da des-

construção - parecem estar se diluindo face à emergência de poderes indisciplinados. Nestas circunstâncias o uso (acrítico) dos instrumentais pós-estruturalistas pode nos deixar perdidos/os em jogos de linguagem, que terão pouco significado frente à lógica imprevisível dos capitais voláteis, o drama do apartheid social e a brutalidade da violência extrema.

Tampouco há soluções fáceis para este dilema.

Uma tarefa urgente é, ao meu ver, posicionar e qualificar melhor o papel dos discursos normativos como operadores de mediação entre subjetividades individuais e coletivas, sistemas institucionais, dinâmicas econômicas e societárias. Também carecemos de formulações mais agudas no que se refere às articulações (e deslocamentos) entre os sistemas de gênero e a economia. Neste sentido, a contribuição das economistas feministas, que tem como referência a divisão sexual do trabalho e a ênfase na reprodução social adquire nova relevância. Seus trabalhos têm demonstrado, entre outras coisas, que a forte racionalidade das teorias macroeconômicas é permeada por vieses que se originam nas representações dos sistemas de sexo/gênero. Este entedimento permite ir além das análises convencionais que vêem as mulheres como um "grupo social" com necessidades sociais e econômicas específicas, que deveriam ser respondidas pelas políticas de desenvolvimento.

Estas breves reflexões nos dizem, portanto, que - ao incorporar "Gênero e Desenvolvimento" ao nosso vocabulário - apenas abrimos a porta do labirinto. A publicação deste Caderno ABONG é como a ponta do fio de Ariadne que nos leva adiante nesta aventura em que se combinam teoria e prática.

Bibliografia

- BARBIERI,T.de. "Gender and Population Policies: some reflections". In: *Reproductive Health Matters*. Londres: maio, 1993b.
- BOURDIEU,P. "Novas Reflexões sobre a Dominação Masculina". In: Lopes,J. et alli (org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- JACOBSON,J. "Gender Bias: Roadblock to Sustainable Development". World Watch Paper 110. World Watch Institute. Washington D.C. 1992.
- MOSER,C. "Género y Planificación". In *Género y Desarrollo*, org Vargas,V. y Guzmán, V. Red Entre Mujeres. Lima 1991.
- SEN,G. and Grown,K. "Development, Crisis and Alternative Vision: Third World Women's Perspectives". Monthly Review Press. New York. 1987.
- SANTOS,B. "Pela mão de Alice". In:*O Social na Pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- SANTOS,B. Conferência realizada na Faculdade Cândido Mendes. Notas pessoais da autora. Rio de Janeiro. Junho de 1996
- SCOTT,J. "O Gênero como Categoria Útil para a Análise Histórica". Recife: SOS Corpo-Gênero-Cidadania, 1993.

Legado feminista e ONGs de mulheres: notas preliminares¹

ANGELA ARRUDA e MARIA LUIZA HEILBORN**

O movimento de mulheres e o feminismo: uma breve introdução

A ação política das mulheres, bem como sua luta pela ampliação de espaço na sociedade, pode ser designada por duas referências: movimento de mulheres ou feminismo. Distintas, as duas formulações são, contudo, faces da mesma moeda; têm em comum o fato de que é o sexo feminino que toma a cena política. Uma primeira novidade está justamente aí, serem mulheres fazendo política já que tradicionalmente o feminino se aloja distante dessa arena. Entretanto, esse fenômeno ganha novas tintas e contornos a partir do final da década de 60. Nessa época, nos países do norte, se retoma uma problemática já esboçada nas primeiras décadas do século XX em torno, primeiro, das garantias ao trabalho fe-

minino, e depois, em relação ao direito de voto. Surge então um conjunto de idéias que articula esses temas anteriores a uma análise da discriminação da mulher na sociedade.

Esse novo discurso, chamado de novo feminismo, que é extremamente variado e cheio de matizes, possui um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homens e mulheres. Ao negar a ordem social como razão direta da natureza, as feministas recusam-se a se constituir no "segundo sexo", no "sexo frágil". Afirmam-se como sexo sim, contudo, fazem-no enfatizando a sua singularidade irreduzível. A sexualidade, dizem as feministas, é um dado relevante na

caracterização da ordem social e não deve ser portanto uma condição relegada ao mundo privado. Deve ser incorporada como uma questão na luta política.

O feminismo não pode ser compreendido fora do contexto geral dos anos 60, o que se convencionou chamar da década da contestação. Estes anos, que se alongam pela década de 70, funcionam como marco sintético das modulações da cultura contemporânea. E os valores neles expressos informam a moralidade sustentada pelo movimento feminista (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, 1981).

Vários fenômenos se aglutinam nesse período: o movimento hippie, a luta pela emancipação das mulheres, a

¹ Texto extraído da obra "Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs", produzida pelo Núcleo de Estudos e Políticas Públicas do IBAM; organizada por Maria da Graça Ribeiro e publicada por IBAM/Instituto de la Mujer em 1995.

Este trabalho foi produzido sem a pretensão de cumprir os cânones acadêmicos das muitas citações e da bibliografia exaustiva. Propõe-se a ser um texto de familiarização com a problemática do feminismo e das organizações não governamentais que trabalham com a perspectiva de gênero.

* Doutora em Psicologia Social e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

** Doutora em Antropologia e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

pressão em torno dos direitos civis das minorias, assim como a afirmação de novas estéticas, a difusão das drogas, o enaltecimento do erotismo, novas formas de vida comunitária e o pacifismo, integrando um vasto leque de indícios de uma reviravolta no tom dominante da sociedade burguesa no século XX. O caráter contestatório dos anos 60 se exprime na recusa, pela inversão, do princípio da autoridade.

A ordem social, interpretada como expressão de múltiplas e ilegítimas desigualdades, é objeto de profunda rejeição. É portanto submetida a um intenso questionamento sobre seus mecanismos de poder e suas formas de enquadramento dos comportamentos e atitudes. Assim, estão sob bombardeio crítico as relações do Estado com o cidadão, as relações entre os sexos, a primazia dos velhos sobre os jovens, o poder das instituições ou dos saberes instituídos, como o dos médicos sobre seus pacientes, o da escola sobre seus alunos. Os anos 60 e 70 caracterizam-se desse modo por uma espantosa proliferação das propostas alternativas, seja quanto às instituições, seja quanto aos estilos de vida.

O feminismo comprometido com todo esse ideário leva mais longe ainda a premissa de que o pessoal e o privado são significativos e politicamente relevantes (questão também presente no movimento hippie). Dessa maneira, as relações na família, no casal e no lar são submetidas a um exame rigoroso no sentido de desmistificar a ideologia da intimidade e da maternidade. Na verdade, o feminismo investiu contra a separação entre o domínio público e privado, propondo, se-

não uma demolição total das fronteiras entre essas esferas, um embaraçamento dos signos que as qualificam. Na sua agenda de lutas políticas, os temas ligados à sexualidade e aos direitos reprodutivos (aí incluída a legitimidade do aborto) ocupam coerentemente um lugar de destaque.

Em razão desse perfil original e postulador de um caráter universal para as suas premissas, o impacto dessa ideologia é grande e ela se dissemina rapidamente pelo mundo. A condição de exclusão das mulheres constituiu-se num patamar de ação política comum, uma vez que a hierarquia sexual, que secundariza a posição da



Fernand Léger

mulher na sociedade, não reconhece fronteiras de países nem de classes sociais. A identidade de gênero é assim fundamental porque é articuladora de interesses específicos e desse modo ela é o motor para a ação política. Como efeito dessa difusão, já em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o Ano Internacional da Mulher, reconhecendo o alcance das denúncias de discriminação contra a mulher.

Nos chamados países de capitalismo avançado, berço do feminismo, o mo-

vimento recusa-se a endossar a iniciativa da ONU, considerando que se trata de uma tentativa de domesticação pelo *status quo* do caráter revolucionário do movimento. Entretanto, no dito Terceiro Mundo, a iniciativa do reconhecimento oficial da discriminação contra a mulher abre os caminhos para o debate. No Brasil, em particular, a chancela oficial possibilitou a organização, no Rio de Janeiro, de um seminário sobre o tema que veio a ser o marco inaugural do feminismo aqui, considerando-se sobretudo a conjuntura política ditatorial daquele momento.

Vale mencionar que o Brasil conheceu uma série de movimentos que envolvem mulheres já na década de 60. O mais conhecido é aquele que passou à história como Marcha da Família com Deus e pela Propriedade, liderada pelo Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) que lutava, então, contra as chamadas reformas de base propugnadas pelo Governo Jango. O golpe de 31 de março introduz uma nova ordem jurídica no País que liquida com os direitos civis e am-

para toda uma política de perseguição aos opositores do regime. Nesse contexto, e a exemplo do que se presenciaria mais tarde com a ditadura na Argentina, um grupo de mulheres passa a pedir contas do paradeiro de seus parentes - é o Movimento Feminino pela Anistia. Note-se que é a partir da identidade de mães, apoiando-se portanto em uma determinada imagem do feminino, que as mulheres de classe média vão poder ousar desafiar o poder militar. É através do apelo aos valores associados à maternidade, tão sacralizados na cultura brasi-

leira, e latina por extensão, que tais mulheres armam a sua luta política (Blay, 1982).

A década de 70 por sua vez traz à cena dois expressivos movimentos sociais com liderança feminina, o movimento contra a carestia e o movimento de luta pelas creches. O primeiro ocupou um espaço político, antes particular aos sindicatos, que estavam então amordaçados pela intervenção federal. Ele é o responsável pela denúncia do propalado "milagre brasileiro", que promoveu uma acentuada concentração da renda via arrocho salarial. Este movimento está na base da reorganização sindical e greves operárias dos anos 78 e 79, o que coincide com um expressiva sindicalização de mulheres, apontando para uma maior consciência profissional e, talvez, também feminista. O movimento de luta pelas creches torna visível o outro lado desta questão: o aumento do trabalho extradomiciliar mal remunerado da mulher, a repartição desigual das responsabilidades peculiares à família, que sobrecarrega as mulheres não apenas na classe trabalhadora, mas em todos os segmentos sociais.

Nesse mesmo período proliferam no País grupos os mais variados de tendência feminista. Esses núcleos, basicamente de mulheres de classe média, levantam temas até então ausentes dos debates políticos no Brasil. Eles falam sobre dupla jornada de trabalho, saúde, sexualidade, violência sexual e, sobretudo, conjugal. É precipitado pensar que tal elenco de problemas seja particular aos segmentos mais favorecidos da população feminina. A experiência brasileira em torno do combate à violência contra a mulher, que percorreu um caminho extremamente original desde os cen-

"A história tem demonstrado que as mulheres alargaram a própria esfera de participação e têm encabeçado uma série de movimentos sociais urbanos"

tros de atendimento feminista voluntários até as atuais e até certo ponto bem sucedidas delegacias especializadas, demonstra a pertinência dessa luta.

Torna-se clara a razão pela qual existem duas denominações para se tratar da ação das mulheres pela ampliação da cidadania. Uma delas - movimento de mulheres - não propala a idéia de uma hierarquia sexual, não adotando o discurso do questionamento da divisão de trabalho entre homens e mulheres. Já o feminismo compromete-se com a crítica radical dos papéis de gênero, acentuando que eles são frutos de uma estrutura social, podendo e devendo ser mudados.

É enorme a riqueza da cena política quando as mulheres, enquanto grupo, se fazem presentes. Em primeiro lugar, porque isso assinala uma inegável ampliação do espaço de cidadania, e mais, de uma cidadania que comporta a expressão de interesses nem sempre convergentes com os masculinos. Em segundo, porque, como a história tem demonstrado, as mulheres alargaram a própria esfera de participação e têm encabeçado uma série de movimentos sociais urbanos. Estes caracterizam-se pela demanda por bens de consumo coletivo

que, no contexto urbano, são alvo de acirrada concorrência, tais como abastecimento de água, transporte, serviços de saúde e saneamento, e que em verdade não são reivindicações especificamente femininas. Em terceiro lugar, ocorre a produção de um discurso singular que, de algum modo, unifica essa participação feminina: a reivindicação pela igualdade de direitos. Exemplos disso foram a pressão para o reconhecimento por parte do Estado da existência de discriminação sexual no Brasil e a campanha pela inclusão dos direitos femininos de modo mais vigoroso no atual texto constitucional brasileiro. A articulação eficiente e vitoriosa desses interesses mereceu no Congresso a expressão "lobby do batom".

Aproximando-nos da cena contemporânea, vamos destacar brevemente alguns itens. Em meados dos anos 80, com o esgotamento da mobilização do movimento de mulheres verificado no período constitucional e o desmantelamento do órgão federal representativo - o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) - observa-se uma crescente institucionalização da militância feminista via ONGs. A profissionalização da causa feminista, se, de um lado, manteve viva a luta pela melhoria das condições de vida para as mulheres (através de trabalhos educativos, de saúde, de combate contra a violência), por outro, fez com que as ONGs passassem a ocupar o espaço de representação do movimento sem um mandato propriamente legítimo (Schumacher e Vargas, 1993). Assim, têm crescido as críticas quanto à atuação das ONGs tanto no sentido acima apontado como também no sentido de expressar ressentimento por parte de setores excluídos das fontes de financiamento.

A cultura do feminismo

A partir de um breve histórico do movimento de mulheres e do feminismo, vale reiterar que a utilização dos dois termos não é sempre equivalente. Feminismo apresentou de forma recorrente um conteúdo pejorativo, ora associado a mulheres muito radicais (do tipo seguidoras de Betty Friedam nos tempos de queima de peças íntimas), ora a mulheres mal-amadas ou anti-homens. Assim, cada grupo de mulheres podia ou não identificar-se como feminista e a fronteira entre as designações, para as adeptas do feminismo, situava-se em algum lugar entre a defesa do aborto, da reestruturação da família ou da luta pela sexualidade livre.

Apesar das diferenças, ainda assim o feminismo apresenta-se como a grande tradição a partir da qual se delineiam as organizações de mulheres. De tal maneira que se constitui numa cultura feminista.

Pode-se mesmo falar de uma cultura do feminismo? Acreditamos que sim, sobretudo porque o ideário abraçado pelo movimento se acopla com realidades culturais diferentes, ganhando com isso perfis particulares e dando origem a certas práticas e injunções que nem sempre se encontram limpidamente expressas no ideário professado.

O movimento de liberação de mulheres está comprometido com dois valores centrais - igualdade e liberdade - que constituem os pilares da crítica feminista ao social. A importância da visão de mundo feminista, fundada nesses valores reflete-se, por exem-

plo, na formulação de "opressão" e "dominação de gênero" como definidora das relações que se estabelecem entre homens e mulheres tanto na vida privada como na esfera pública. A posição da mulher cultural e socialmente submetida à figura e à autoridade masculinas é rejeitada como uma forma de ilegitimidade. O feminismo sustenta-se na ideologia dos direitos humanos do indivíduo, reivindicando para o sexo feminino a extensão da cidadania ali contida.

Contudo, um pouco paradoxalmente, tal movimento reconhece a existência da diferença entre homens e mulheres, tendendo a reivindicar um valor positivo para o feminino. O argumento se desenvolve considerando que a exclusão "secular" das mulheres das áreas de decisão e poder da vida social manteve-as afastadas ou não contaminadas pela lógica cultural dominante. Desse modo, as mulheres seriam senhoras de visões alternativas de como (re)construir o mundo.

Essa leitura da problemática feminina, fundada no argumento de uma condição compartilhada de gênero entre as mulheres, sustenta-se num duplo entendimento do ideal de igualdade. De um lado, exhibe-se na reivindicação de paridade com os homens, de outro, sustenta existir um *status* comum dos membros do "segundo sexo". Como decorrência dessa igualdade pretendida, postula-se como forma de relação entre mulheres a solidariedade. Esta representaria não só uma forma de resposta política a uma ordem social fundada na competição, como também de resistência à do-

minação de gênero. Assim, igualdade e solidariedade andam juntas na utopia do feminismo. Como desdobramento dessa lógica apresentam-se certas propostas de atuação coletiva e organização política. O feminismo assume como traços distintivos e carros-chefes de sua atuação dois princípios: a autonomia e a democracia radical.

A história das organizações feministas está impregnada por tais valores, que se explicitam, por exemplo, na descentralização do movimento e na autonomia política diante de outras agências. Tal descentralização exprime-se nos debates sobre representação, participação direta e paritária, não monopólio da palavra ou da informação, na rotatividade de eventuais cargos, não especialização de funções, não delegação de poderes. Em suma, prega-se um horizontalismo na organização como perfeita encarnação dos princípios organizativos da democracia radical. Na prática, decorre desse perfil um tipo de mentalidade espontaneísta, avessa à programação, à hierarquia, à direção e ao controle, ao mesmo tempo em que se valoriza como metodologia de trabalho o reconhecimento da emoção e da sensibilidade como modo de acesso ao conhecimento². Desse modo, o feminismo adotou a crença na mecânica democrática - todas as mulheres falam - como paradigma realizável. Logicamente concatenado a esse princípio está o da autonomia política, que recusa qualquer forma de injunção, controle ou submissão a toda instância externa às próprias mulheres envolvidas ou mesmo entre elas.

2 Ver Rowbotham (1981) para análise do ideário feminista: conscientização, irmandade e não reflexividade. A análise de Gregori (1993:59) sobre o SOS Mulher também aponta para o intendo comprometimento do militância como um ethos de não planejamento.

Esse ideário no confronto com a sociedade mais abrangente engendra formas de expressão peculiares. No Brasil, arrolam-se na experiência de organizações de mulheres os grupos de reflexão nos idos de 70 e 80 do movimento e os centros de atendimento às mulheres vítimas de violência - os famosos SOS - onde era esperado, por exemplo, que to-

das as mulheres do grupo atuassem como plantonistas atendendo às solicitantes de apoio³.

Diante do quadro descrito não é de se estranhar que apareçam certos impasses no feminismo. Ele tende a obscurecer, em nome de uma igualdade dada como ponto de partida nas relações entre mulheres, as diferenças presentes entre elas mes-

mas, aquelas oriundas da origem de classe, geração, capital educacional, estilos de vida, estrutura de família, religião etc. É bem verdade que o feminismo sempre fez defesa intransigente do princípio da diversidade, do direito à diferença sem prejuízo da igualdade de direitos. Contudo, na prática a conciliação entre esses dois ideais sempre foi difícil.

3 Para um exame dessa problemática ver Sorj e Montero (1985), SOS do Rio de Janeiro: uma entrevista (1985) e Gregori (1993).

ONGs de mulheres: trajetórias e os usos do gênero*

SÔNIA CORRÊA**

Que ONGs?

Organização Não Governamental, de fato, não é uma categoria de análise. Trata-se de referência descritiva e difusa, cunhada - quando da constituição do sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento (ONU 1948) - para denominar uma gama variada e indistinta de agentes sociais, não diretamente econômicos, que poderiam colaborar com os esforços de "promoção da transformação social".

Cabe lembrar, porém, que ao longo das últimas cinco décadas conceito de desenvolvimento foi traduzido de forma estreita e quase exclusiva como crescimento econômico¹. E, ainda que com ênfases radicalmente distintas, tanto no campo socialista quanto no mundo capitalista, os Estados nacionais se concebiam e eram perce-

bidos como os agentes principais de desenvolvimento e detinham o privilégio com o sistema internacional de cooperação. As sociedades seriam beneficiárias, relativamente passivas dos processos deflagrados pelos Estados e, no seu interior, às ONGs caberiam tarefas restritas e complementares.

A denominação ONG só viria assumir a surpreendente densidade política, que hoje detem nos contextos nacionais e globais, a partir da década de 70 e, mais especialmente, ao longo dos 80. São multidimensionais e contraditórios os processos e fatores que explicam esta sinergia recente:

- ◆ A configuração das chamadas classes médias modernas, que já não expressam apenas seu interesse de classe, mas se mostram capazes de cap-

tar e articular demandas difusas das formações sociais e formular projetos de futuro (Oliveira- 1989). No mesmo registro está a emergência dos chamados novos sujeitos políticos que rompem os parâmetros clássicos das teorias gerais de transformação social (Evers, entre outros).

- ◆ O processo de globalização, envolvendo circulação de capitais, força de trabalho e, sobretudo, informação que instaura a disseminação de valores com pretensão de universalidade em velocidade e escala inusitada. Na sua outra face a globalização deflagra a conformação de novas "territorialidades" que não se definem exclusivamente tendo com referência os limites do Estado Nação.

- ◆ A redefinição conceitual e a reestruturação da relação entre Estados

*Contribuição ao seminário "Feminismo como Crítica Civilizatória", realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife (PE), em junho de 1993.

** Arquiteta e pesquisadora do Ibase.

¹Apenas ao final da década de 80 o sistema ONU estaria revendo seus indicadores de desenvolvimento no sentido de resgatar os princípios éticos fundamentais do conceito, como aperfeiçoamento das sociedades e melhoria da qualidade de vida no planeta. Deste esforço resultam a conceituação e as metodologias de mensuração de Desenvolvimento Humano trabalhadas e divulgadas pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) a partir de 1990.

e Mercados, chega a nós no final dos anos 80, mas em outros contextos está em curso desde a década de 70. Sem dúvida, a dimensão mais debatida e controvertida diz respeito ao papel do Estado. Entretanto, no mesmo contexto se redefinem as relações entre sociedades e Estado, e se inaugura, em nível do debate sobre desenvolvimento, o conceito de “terceira via” (Hettne-1990) que, em grande medida se corporifica nas ONGs.

♦ Em vários contextos regionais e nacionais, como no caso do Brasil², este reordenamento coincide com processos endógenos de redemocratização, de conformação ou reconfiguração das sociedades civis.

Entretanto, ainda hoje ONG permanece como uma “categoria” difusa e difícil de ser capturada pelas análises sociológicas e políticas, pois que designa um universo amplo de organizações com trajetória histórica, formato e consistência institucional, projetos extremamente heterogêneos. Uma breve incursão no campo do que se pode denominar de ONGs no Brasil e que comporta alguns milhares de organizações³ demonstra o quanto é difícil, senão impossível, estabelecer uma tipologia, uma taxonomia precisa das ONGs.

Este universo abarca um espectro amplo que vai das iniciativas filantrópi-

“ONG permanece como uma “categoria” difusa e difícil de ser capturada pelas análises sociológicas e políticas, pois designa um universo amplo de organizações com trajetória, formato, consistência institucional e projetos heterogêneos”

cas, criadas no século XIX, às organizações ambientalistas do final dos anos 80. No intervalo estão o Rotary Club, sindicatos patronais e de trabalhadores, associações de moradores, organismos de representação profissional, as chamadas “entidades privadas” de planejamento familiar e as ONGs de desenvolvimento. Sendo estática, a denominação ONG tampouco absorve ou expressa a dinâmica do universo a que está referida. Assim como há movimentos sociais que, sob condições específicas se transmutam em ONGs, há ONGs que se dissolvem e retornam à imersão no tecido social⁴.

Integrar ONGs e Gênero num mesmo plano de análise exige, portanto, que se delimite um recorte. No caso

específico deste artigo, o foco privilegia o universo mais restrito de ONGs que se autodefinem por referência aos seguintes critérios: guardar autonomia jurídica; expressar consistência e relativa duração institucional; desenvolver uma relação privilegiada com os movimentos populares; e, embora constituindo entidades de direito privado, conceber sua ação como sendo pública⁵.

Este conjunto corresponde a organizações criadas no curso dos últimos dez ou quinze anos, um período que coincide com a urdidura da democratização brasileira. Embora estejam aí representados centros de pesquisa e organizações prestadoras de serviços, este é sobretudo o campo das ONGs “articulacionistas”. Esta classificação (Ilse-1992) se refere a um grupo de organizações que se concebem como portadoras de novos projetos e conteúdos, e, neste sentido, integram o complexo sistema de mediações sociais⁶. Numa análise ainda bastante preliminar, eu diria que este conjunto corresponde a uma geração específica de ONGs, cujo formato e identidade tende a não mais se reproduzir na década de 90⁷.

A escolha deste recorte se deve a que aí está inserido um segmento importante das ONGs, que no contexto de suas análises e práticas tem questio-

2 A afirmação vale para o conjunto da América Latina, alguns países asiáticos e mais recentemente da África.

3 Landim (1989), numa pesquisa relativamente delimitada, identifica 1.200 ONGs. Mater Natura (1992) se restringindo, praticamente ao campo ambientalista, lista também 1.200. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para a ECO 92 comporta uma mailing list do mesmo porte. Estas várias listagens têm sobreposições, mas não contabilizam organizações mais tradicionais como as filantrópicas, nem o conjunto de organizações populares.

4 Como veremos a seguir, esta dinâmica é particularmente flagrante no caso das ONGs de mulheres. Embora um dos critérios para formulação de uma tipologia de ONGs possa ser sua consistência institucional, a matriz permaneceria estática. A meu ver, a única abordagem analítica possível deste universo é aquela que inscreve o fenômeno no interior das formações e dinâmicas sociais em que as ONGs surgem, evoluem, se fixam ou desaparecem.

5 Estes critérios coincidem com a definição estabelecida pela Associação Brasileira de ONGs. Neste sentido o recorte guarda uma arbitrariedade relativa, pois que recai exatamente sobre o universo de ONGs em que se desenvolve a minha atividade profissional e que, portanto, conheço melhor.

6 É fundamental no contexto desta análise diferenciar sistemas de mediação social e política do papel instrumental de intermediação, que é frequentemente proposto como natureza das ONGs, em especial pelo sistema de cooperação multilateral.

7 Criaturas que são de um determinado momento histórico, ONGs, expressam as condições do seu tempo. Os anos 90 já expressam sintomas destas mudanças: ONGs menos presas a valores e mais voltadas para a operação; ONGs que retornam a suas matrizes religiosas; ONGs da terceirização para prestar serviços ao Estado ou a outras ONGs; semi-ONGs que combinam atividades com e sem fins lucrativos.

nado e desafiado o sistema de gênero, tal qual se organiza na sociedade brasileira, ou seja as ONGs feministas. Esta constelação, embora guardando uma “estreita relação com”,

não subsume nem representa o universo mais amplo do movimento de mulheres. Em 1987, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, identificou 1.200 iniciativas de mulheres em

todo o País. A Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, criada em 1991, agrega 141 organizações, entre as quais 22 se classificam como ONGs, no sentido do recorte definido para esta análise.⁸

Mulheres e ONGs: tempos e ciclos

No Brasil, assim como em outros países, o feminismo não é um fenômeno estritamente contemporâneo, mas tem raízes em processos que remontam, pelo menos, ao século XIX. A re-emergência feminista, porém, manifesta seus primeiros sinais desde o início da década de 70 e está diretamente articulada aos efeitos de quatro décadas de “desenvolvimento induzido” sobre o lugar e a condição feminina.

Ilustram estas transformações os dados estatísticos onde se verifica que entre 1950 e 1980 a participação econômica das mulheres saltou de 14,5% para 26,9%. Entre 1965 e 1988 a escolaridade feminina no segundo grau, por sua vez, evoluiu de 16% para 45%, e vários autores têm sublinhado a importância da entrada das mulheres na universidade como base das reivindicações feministas⁹.

Um gráfico, no convite para este evento, também ilustra o crescimento das ONGs de mulheres no País entre 1979 e 1990. Não sei se os números aí apresentados resultam de um tra-

balho de pesquisa ou foram definidos arbitrariamente. Seja como for, o gráfico sugere um incremento constante e linear, ao longo da década passada, que não corresponde à dinâmica mais complexa e instável de surgimento, fixação e desaparecimento de ONGs feministas.

Esta dinâmica está intrinsecamente articulada aos ciclos de evolução, mudança de rota e refluxo do movimento mais amplo da democratização. Em trabalhos anteriores (Barroso e Corrêa-1990, Corrêa-1992) foi estabelecida uma periodização possível para analisar este processo: 1975-1979; 1979-1982; 1985-1989; 1989-1992¹⁰. O surgimento de ONGs de mulheres - considerada a classificação aqui utilizada - se registra ao longo de todo o período, porém se reduz ou se intensifica em momentos bastante precisos.

Entre 1975 e 1982 institucionalizam-se algumas poucas ONGs mas, sobretudo, se conformam grupos de reflexão, como experiências germinais

que viriam a se configurar mais tarde como ONGs¹¹. Uma outra face importante da “inquietação de gênero”, durante este período, é representada pelos grupos populares de mulheres que exprimem reivindicações por condições básicas de vida, uma vertente denominada por Alvarez (1989) como a “maternidade militante”. A presença das mulheres nos partidos políticos, e conflitos decorrentes - sobretudo na relação com o movimento - é parte do mesmo cenário, sobretudo após a anistia em 1979.

Entre 1982 e 1985 o movimento se depara com a possibilidade de interlocução com o Estado e influência sobre as políticas públicas. Instaura-se também uma fase denominada por Moraes (1985) como “instituinte” e que se refere tanto à estruturação de ONGs quanto à consolidação inicial dos centros acadêmicos de estudos sobre a mulher¹².

Entre 1985 e 1989, a porosidade do Estado da transição permite a criação de novas instâncias de presença

8 É interessante observar que este universo maior reproduz a heterogeneidade antes referida para o conjunto das ONGs, comportando: organizações populares, sindicais e religiosas; e iniciativas de caráter temporário. A permeabilidade e tensão que se registram na relação entre as ONGs propriamente ditas, e este campo mais amplo e difuso mereceria um esforço de análise mais sistemático, em especial no que diz respeito a questão da representatividade e legitimidade.

9 A este quadro básico deve-se acrescentar o rápido processo de urbanização, a transformação das estruturas familiares e o rápido declínio das taxas de fecundidade em especial a partir dos anos 70.

10 Estes marcos correspondem, no contexto do movimento, a: Seminário da ONU de desdobramento da Conferência do México (1975); Anistia e Primeiro Congresso de Mulheres/SP (1979); Conselhos Estaduais SP e MG (1982); Conselho Nacional (CNDM), Nairobi, Bertioga (1985); auto-exoneração do CNDM (1979); Impeachment e ECO 92 (1992).

11 São exemplos, no primeiro caso, os jornais Brasil Mulher e Mulherio (SP), o Centro da Mulher Brasileira (RJ), o Projeto Mulher/IDAC (RJ), a Casa da Mulher do Nordeste e, no segundo, o Ação Mulher (PE), o Coletivo de Mulheres (RJ), SOS Mulher (RJ) e SOS Violência (SP) e o Maria Mulher (PB).

12 É neste período, por exemplo, que em Pernambuco surgem o SOSCORPO e o Centro das Mulheres do Cabo.

ou influência das mulheres nos planos federal, estadual e municipal. Assegura-se legitimidade das demandas feministas na sociedade e nas mentalidades, e surgem novas iniciativas, mais especialmente entre as mulheres dos setores populares.

Durante esta fase em que as energias feministas estão voltadas para ação dentro ou junto ao Estado, são poucas as ONGs que se criam. Iniciativas dos períodos anteriores ficam desativadas ou desaparecem¹³. É como se as feministas, inseridas que estavam na atmosfera política do período, tivessem sido simultaneamente capturadas pelo imaginário do “Estado bom” e pelas inúmeras tarefas que a reforma do aparato legal e institucional requeria.

Em 1989, em plena crise da administração Sarney, o CNDM se exonera coletivamente marcando o início de uma etapa em que se combinam desilusões, revisões e um necessário retorno à “autonomia” da sociedade civil. Este movimento das feministas coincide com um intenso processo de debates no próprio universo das ONGs, através do qual se incorpora e se problematiza o nome (ONG) e se inicia um intenso processo de articulação¹⁴.

Um levantamento não sistemático informa que entre 1989 e 1992 surgiram ao redor de quinze ONGs femi-



Fernand Léger

nistas (quatro delas no Recife), sem que aí se contabilizem projetos específicos em ONGs mistas, novas iniciativas populares, e ONGs voltadas para ação junto a mulheres (que não se consideram feministas). Entre as 140 associadas ABONG, entre ONGs e projetos específicos contam-se mais de 50 iniciativas de mulheres ou mais propriamente feministas.

Esta trajetória instável de surgimento, declínio e renascimento, seguramente acompanha dinâmicas equivalentes e concomitantes no âmbito de outros movimentos sociais. Ela deve ser também analisada tomando, como referência, as configurações particulares que os conceitos e práticas relativos a Estado, ou mesmo relação Estado - Sociedade assumem na cultura política brasileira.

Considerando especificamente as ONGs de mulheres, a dinâmica reflete o que Del Re (1991) denomina

como sendo um dos binômios teóricos do feminismo contemporâneo: a tensão permanente entre separatismo e integração, exterioridade e participação.

“A participação enraíza-se na igualdade; a vontade de participação, sendo vontade de ser no sentido de existir, de decidir, de contar, de fazer parte de. Mas a exterioridade é também vontade de ser sob certas condições: trata-se de

ser com o corpo sexuado e de assim mesmo ter a palavra e um peso político. A exterioridade é a convicção de que as instituições políticas não trarão todas as respostas aos problemas colocados pelo movimento de mulheres... Uma das formas mais modernas da política reside exatamente nesta oscilação, nesta ambivalência que caracteriza todas as mulheres engajadas politicamente no feminismo”.

Entre 1975 e 1982 esta tensão se manifesta na relação com os demais atores da incipiente democratização, sobretudo a Igreja e os partidos de esquerda. Entre 1982 e 1989 se condensa no contexto da interação entre as feministas e o Estado. Hoje parece se recriar e/ou assumir novas feições no curso da integração dos conteúdos feministas, assim como das próprias organizações específicas no universo ampliado e inevitavelmente androcêntrico das ONGs “articulacionistas”¹⁵.

13 É exceção o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde (1987-SP). CMB permanece como estrutura formal, mas já não têm atividades. Desaparecem o Centro de Defesa da Mulher (MG), Maria Mulher (PB), e Mulherio (SP), entre outras.

14 O nome ONG começa a ser debatido em 1986 por instituições que até aí se consideravam entidades de assessoria ou serviço ao movimento popular. Daí se desenrola um processo intenso e contínuo de articulação em níveis locais e nacional que desaguarda na criação da ABONG e no Fórum ECO 92.

15 Esta integração tensão se constitui em outro campo fértil, análises que ainda não foram devidamente exploradas.

Os usos do gênero

Diferentemente de ONGs, **gênero** é uma categoria teórica e de formulação recente, cuja integração às análises feministas se registra em meados dos anos 70. Ela foi criada no âmbito de trabalhos acadêmicos, de origem anglo-saxônica, sobretudo no campo da antropologia. Entretanto, como o uso extensivo da categoria, para além da esfera acadêmica, só viria a se universalizar dez anos mais tarde, não foi esta a referência teórica que inspirou e informou a prática das primeiras ONGs feministas a surgirem no País.

Durante mais de uma década o feminismo brasileiro pautou sua análise e ação tendo por referência uma matriz híbrida em que se combinavam diferentes versões do conceito de patriarcado (Marx, Weber, Millet e vertentes culturalistas, onde se inclui Gilberto Freire), derivações marxistas feministas ancoradas na grade dos modos de reprodução, e alguns aportes da psicanálise¹⁶. Gênero, neste momento, é uma categoria “em processo” de incorporação pelas ONGs e, sobretudo, de releitura à luz das condições socioculturais do contexto brasileiro. Está, inevitavelmente, sujeita a controvérsias e a interrogações.

A aplicação primária do gênero é óbvia, todos a conhecemos desde os primeiros bancos escolares. Refiro-me ao uso gramatical, através do qual se distingue semanticamente o feminino do masculino. O uso feminista do gênero tem relação estreita com esta fundamentação linguística e mantém uma tensão permanente com relação ao sexo biológico. Barbieri (1991) for-

mula uma síntese a partir do trabalho de vários autores (Oakley-1974, Rubin-1975, Scott-1991, entre outros) na qual os sistemas de sexo/gênero são definidos como:

“Os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas. Em termos durkheimianos, são as tramas de relações sociais que determinam as relações entre os seres humanos como pessoas sexuadas”.

Numa analogia com o patriarcado, os sistemas de sexo/gênero são um conceito mais dialético e de maior generalidade. Possibilita ampliar o foco de análise para além das mulheres, reconhecendo a natureza estrutural, porém também intrinsecamente relacional e contextual das relações entre homens e mulheres. Entretanto, no mesmo trabalho Barbieri, corretamente, indica que os usos do gênero, mesmo por feministas, nem sempre se faz a partir desta referência mais neutra e dinâmica.

Entre os deslocamentos mais habituais está o de substituir-se mulher por gênero, o que naturalmente evacua o outro pólo do binômio e remete a categoria de volta para a especificidade e/ou isolacionismo que a mesma pretendia romper. No contexto de vários trabalhos sobre desenvolvimento, gênero tem sido aplicado como mera categoria descritiva para segregar da-

dos estatísticos ou retratar a divisão de papéis e atribuições entre homens e mulheres. Em que pese a utilidade destes exercícios, eles não dão conta das dimensões de poder e desigualdade que estão implícitas nas situações que descrevem.

Devemos ainda reconhecer que, mesmo considerando-se o uso substantivo, a categoria gênero pode ter variadas aplicações disciplinares, ou seja, pode ser articulada às grades gerais de referência, provenientes da antropologia, da sociologia ou mesmo da economia política. As aplicações mais numerosas, conhecidas e freqüentes têm se desenvolvido no campo antropológico, com o qual o conceito guarda uma relação genética (sobretudo a partir de Rubin-1975).

Entretanto, também se registram na bibliografia, trabalhos extremamente significativos que buscam operar, simultaneamente com os conceitos de classe e gênero (no caso do Brasil, Elizabeth Lobo e Mary Castro são as principais referências), assim como aplicar a categoria à análise da história (Scott-1991, 1993).

A relação entre os “significados de gênero” e a emergência e desenvolvimento das ONGs feministas no Brasil, poderia ser explorada a partir de qualquer um destes tratamentos disciplinares. Contudo, o tema instiga a elaboração ou refinamento de uma matriz que possa ser articulada aos princípios e conteúdos da ciência política. A seção subsequente constitui um exercício ainda bastante preliminar nesta direção.

16 A saudosa Elizabeth Lobo foi possivelmente uma das primeiras feministas a introduzir a categoria no âmbito do debate acadêmico, de onde ele passaria a influenciar as ONGs e o movimento mais amplo.

Poder, público e privado: fios de Ariadne

Poder, como sabemos, é um tema central da ciência política desde os primeiros exercícios da filosofia grega e, sobretudo, a partir dos escritos de Maquiavel no limiar da Idade Moderna. Ora, a “teia de relações” a que se refere Barbieri para definir sistema de sexo/gênero está impregnada de relações de poder, seja em suas cadeias verticais, seja nos planos de mediações mais horizontais.

As análises que tem como referência os sistemas de gênero, em diferentes contextos e momentos históricos, permitiram romper com uma concepção - bastante paralisante a meu ver - de que as mulheres, historicamente não tiveram acesso a nenhum tipo de poder, mas sim estavam inexoravelmente alijadas e subordinadas aos desígnios masculinos. A despeito deste “*éclatement*”, os sistemas de sexo/gênero, tal como estão organizados, exprimem muitas vantagens em favor do pólo masculino¹⁷.

Estas vantagens têm vários pontos de ancoramento, entre eles a esfera obscura e difusa na qual se articulam sexualidade, reprodução biológica e reprodução social que, possivelmente, foi a mais analisada pelas feministas. O outro *locus* de enraizamento é, sem dúvida, a permanente convergência (sobreposição) entre os sistemas de sexo/gênero e conformação das esferas pública e privada.

É evidente que as configurações relativas aos domínios público e privado se manifestem de maneiras diversas, distintas no curso da história e em diferentes contextos culturais. Entretanto uma recorrente identificação entre

privado, feminino e confinamento, por um lado, e público, masculino e liberdade, por outro atravessa a história ocidental.

Como sabemos, a “modernidade” no curso do século XVIII redefine radicalmente as concepções acerca do particular, do público e do Estado:

“... emerge uma esfera pública diretamente fundamentada na esfera privada, ou para ser mais exato, no uso público da razão por pessoas privadas, como descreve Habermas... Portanto, a esfera pública e pensada como aquela em que indivíduos particulares se dirigem a outro com toda liberdade-e, em seu próprio nome... Através desta inversão semântica, esboça-se pois uma nova divisão em que público e particular já não se opõem, mas em que as práticas antes tidas como privadas definem o espaço da reflexão pública e do posicionamento político” (R.C. no Prefácio ao III Volume da História da Vida Privada).

Entretanto a sinonímia permaneceria, pois que as mulheres continuaram privadas de cidadania política até o início do século, mesmo nos países que deram luz a revolução burguesa. No rastro da revolução francesa, Hegel daria consistência a este modelo de exclusão parcial, formulando uma matriz em que se articulam consistentemente a lógica da ética e do poder como atributo dos homens no mundo público, em contraposição à superioridade moral das mulheres que fertiliza e cauciona a obscuridade da esfera privada. Esta matriz tem franca ressonância até os dias atuais, seja no

registro da complementaridade entre os sexos, da doutrina positivista; seja nas formulações ético-morais da tradição liberal, ou mesmo em revisões recentes do discurso feminista que privilegiam o princípio da diferença (Oliveira-1991).

Exatamente por isso, a dinâmica de surgimento das ONGs feministas no Brasil, assim como seus significados “políticos” (no sentido da política com P), devem ser examinados a partir de um cotejamento sistemático entre sistemas de sexo/gênero, e as concepções que definem e/ou redefinem os limites entre público e privado na cultura brasileira. Particular atenção deve ser dedicada às inflexões decorrentes, e mais recentes, do processo de democratização.

Barbieri (1991) fornece elementos fundamentais para balizar este exercício futuro. Ela parte do pressuposto que as matrizes clássicas que têm definido as “fronteiras do político” - Lock, Rousseau, Kant, Hegel, Marx - não esclarecem adequadamente as circunstâncias latino-americanas e tampouco contribuem para a melhor compreensão dos sistemas de gênero que nelas se desenvolvem. Ela propõe a substituição da dicotomia clássica por uma nova grade em que se privilegiam as múltiplas esferas de ação das mulheres. Neste novo marco o domínio público se decompõe em sociedade política (que inclui o Estado, sindicatos, movimentos sociais), o mercado (como consumidoras) e o mundo do trabalho (como trabalhadoras); e a esfera privada se subdivide entre a domesticidade e a intimidade¹⁸.

17 Exatamente por isso, Scott considera que os mais variados sistemas de gênero terminam por constituir significantes, que passam a representar relações de poder em circunstâncias que não se restringem às relações entre homens e mulheres (classe operária fêmea, o governo de machos etc).

18 É interessante observar que a mesma grade pode ser aplicada às esferas de ação dos homens.

Com base nesta, não é difícil constatar que as ONGs feministas constituem uma nova forma de inscrição das mulheres na esfera pública, ou mais precisamente na sociedade política. Assim como ocorreu com os cidadãos homens do “Século das Luzes”, estas

organizações fazem com que as mulheres não apenas falem em seu próprio nome, como também intervenham no debate político a partir de práticas que até então estavam relegadas ao último reduto do privado. Esta incursão altera necessariamente o equilí-

brio simbólico dos gêneros na política. Resta saber em que medida este processo tem ou não contribuído no sentido de que o *contínuum* entre a casa e a rua, que caracteriza a matriz mais profunda da sociedade brasileira, seja alterado.

Gênero e políticas públicas - a quem interessa o debate sobre o tema*

SILVIA CAMURÇA**

Introdução

As políticas públicas, sua interface com as relações de gênero e seu impacto sobre as mulheres são questões das mulheres?

Historicamente foram as organizações de mulheres que trouxeram e trazem o tema à arena política. No Brasil, o debate sobre a escolarização básica das mulheres, seu direito a estudar, lecionar e constituir ou frequentar escolas mistas começou nos primeiros anos deste século. Recentemente, tem-se como exemplo toda a ação frente às políticas de Saúde, com formulação de propostas em nível nacional, como o Programa de Atenção Integral à Saúde de Mulher - PAISM, e os debates sobre as políticas de controle populacional. Também as mulheres rurais ampliam suas frentes de luta na transformação de políticas de incentivo ao desenvolvimento agrícola.

Nos anos 80, as mulheres, por meio

de suas organizações, desenvolveram as referências básicas que até hoje prevalecem nas políticas das agências de cooperação e irradiaram-se para o interior de programas governamentais (principalmente na área rural) e programas de ONGs. Foram mulheres que trabalharam nas escassas propostas de política urbana, numa ótica de gênero, e são mulheres que agora iniciam, internacionalmente, as avaliações dos efeitos das políticas de ajuste sobre elas.

Dois aspectos chamam a atenção nesta trajetória do tema. O primeiro é a circularidade em que as mulheres se encontram: formulam referenciais e análises; constroem propostas de reorientação ou formulam políticas setoriais; negociam sua implantação e assessoram sua implementação; avaliam seus resultados e beneficiam-se dos aspectos positivos; avaliam os impasses e li-

mites; e, recomeçam o círculo. O debate de gênero possibilita romper com esta dinâmica, permitindo a articulação com o todo das visões de desenvolvimento, democratização, bem-estar social e direitos contidos nas políticas públicas.

O segundo aspecto é a centralidade do debate e as iniciativas nos problemas das mulheres. Dessa forma, permanecem desfocados os problemas dos homens decorrentes das relações de gênero e as próprias relações de gênero.

Sem dúvida o movimento de mulheres cumpre um papel fundamental ao tomar a iniciativa de reforçar a presença das mulheres na cena política; transformando problemas particulares e de ordem privada em temas de debate público e político; produzindo melhorias na qualidade de vida das próprias mulheres; alar-

* Texto elaborado para subsidiar workshop realizado pela ABONG em setembro de 1996.

** Socióloga e coordenadora executiva do SOS Corpo, Gênero e Cidadania.

gando seus direitos; e questionando estruturas patriarcais e a própria noção de cidadania. Entretanto, é marcante a ausência dos homens neste debate, assim como ainda são incipientes as análises de gênero

com foco nos impactos de políticas no cotidiano da vida dos homens.

Cabem aqui algumas indagações: Estas questões e estes sujeitos seriam exteriores ao debate de gênero? Que consequências podemos

produzir ao focar apenas as mulheres ao se tratar de gênero? Seria adequado passar a diferenciar os direitos das mulheres e sua cidadania da transformação das relações de gênero?

As políticas públicas são sexistas?

A racionalidade que orienta a formulação das políticas públicas tem inspiração patriarcal; ou são neutras e apenas impactam diferentemente sobre homens e mulheres dada as desigualdades das relações de gênero presentes na sociedade? São inúmeros dos estudos e pesquisas que demonstram os impactos negativos das políticas governamentais sobre a condição de vida das mulheres e seu *status* na sociedade. Exemplificam essa situação:

- ◆ na área urbana - o não investimento em infra-estrutura (água, esgoto, coleta de lixo) aumenta a carga de trabalho das mulheres. Exige maior tempo de dedicação ao trabalho doméstico e as confinam no ambiente doméstico e em seu entorno: o bairro. Isto porque as mulheres são as principais - e talvez únicas - responsáveis pelo trabalho de produzir alimentação; manter a higiene da casa, das roupas e das crianças; e fazer o abastecimento da família.
- ◆ na área da Saúde - a redução de investimentos representa mais trabalho para as mulheres. Exige a ampliação do tempo de dedicação para tratamentos de saúde. Diminui o tempo disponível para o trabalho remunerado ou qualquer

outra atividade. Representa o confinamento ao cotidiano para a resolução de problemas domésticos. Afinal, as mulheres são as responsáveis, quase exclusivas, pelo cuidado com a saúde das crianças e pessoas idosas da família, o que as obriga a frequentar Postos de Saúde, permanecendo horas nas filas; buscar de remédios; fazer plantão nos casos de internamento; e retornar para a consulta de revisão...

Lena Lavinas¹, comentando sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, analisa que "o freio à inserção profissional da mão-de-obra feminina pouco qualificada em ramos tradicionalmente masculinos explica-se também pela localização muito distante entre estas atividades e o lugar de moradia. O fato de haver oferta de empregos mal remunerados, notadamente nos serviços ao consumo, localizada nas proximidades das zonas de moradia, reforça a manutenção de guetos ocupacionais femininos".

Estes problemas seriam decorrentes da situação desigual das mulheres, ou tais políticas fundam-se numa cultura patriarcal que não vê problemas na manutenção da sobrecarga das mulheres, não questiona a construção

cotidiana de seu confinamento, e não pretende modificar tal divisão sexual de trabalho porque é bastante funcional às relações tal qual estão hoje estruturadas?

Maria Floro², integrante da Association for Women in Development, ressalta em seu artigo no *Journal of Women's Studies* que as políticas de ajustes foram claramente formuladas com base no paradigma dominante da economia, que interpreta os eventos econômicos como desligados de importantes elementos da interação humana. Ignoram que as relações de poder são diretamente afetadas em sua equidade pelas políticas de reformas da economia e que os custos do ajuste são desproporcionais entre os pobres e as mulheres.

A autora ressalta ainda que estas relações de poder não existem apenas no setor econômico (cartéis e outros exemplos) e nas estruturas políticas, mas também na vida doméstica das casas e das famílias. Lembra que a qualidade das tarefas de produção de alimentos cozidos, limpeza e manutenção das moradias; e cuidados com crianças e idosos são vitais para a reprodução social e qualidade do desenvolvimento humano, embora não sejam atividades consideradas como indicadores de padrão de vida ou indicador macroeconômico.

1 LAVINAS, Lena. "Gênero, Cidades e Políticas Públicas". in RIBEIRO, Luiz César e JÚNIOR, Orlando. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1994.

2 FLORO, Maria. "Structural Adjustment - Gender Perspective Academic". in *Dialogue* Vol. 1 N° 1. Washington, Association for Women Development, 1995

É evidente que as políticas públicas alcançam as mulheres em visível posição de desvantagem. É fundamental superar restrições de acesso e controle das mulheres sobre recursos, informação e oportunidades, como indicam inúmeras consultoras e pesquisadoras. É importante que as políticas respondam a problemas construídos pelas relações de gênero e pela especificidade do corpo feminino, que menstrua, engravida, aborta e pare. Entretanto isso não acontece, algo

parece estar na racionalidade da própria formulação das políticas, e isto me parece ser um elemento ainda muito forte da tradição de pensamento patriarcal.

Do ponto de vista da ação das organizações civis e movimentos sociais, considero que prevalece ainda uma análise de classe, ou seja, as políticas públicas seriam formuladas para atender a interesses da classe dominante; e as políticas sociais, com caráter compensatório e de baixíssima quali-

dade, estaria formulada para prover alguma atenção e alívio aos problemas das classes populares.

Tal análise pode conter uma formulação excessivamente simplificada. De um lado já não se pode falar de um projeto da classe dominante, pois parece haver diferenças em seus projetos. De outro, também nas classes populares há relações de poder e a formulação das propostas está, com certeza, embebida da cultura patriarcal presente em nossas relações de gênero.

O Estado e as relações de gênero

A relação entre Estado e Governos seria o locus principal de atuação no campo da atualização das políticas públicas relativas ao temas das relações de gênero?

As relações de gênero orientam comportamentos de homens e mulheres que reagem a elas, resistem, as instrumentalizam, ou buscam transformá-las de modo a alargar suas próprias possibilidades de existência social. Homens e mulheres reais alteram formas reais de estruturas familiares, formas de morar e significados de relações de vizinhança.

Isso tudo leva à mudança permanente da organização do cotidiano, o que implica em novas necessidades no reordenamento dos serviços, estratégias das políticas

setoriais de Saúde e Educação, por exemplo.

Entretanto, prevalece na formulação das políticas a visão de que as mulheres estão disponíveis para complementar o Estado em tudo o que diz respeito à reprodução social ou que precisam, por sua função na maternidade, ser assistida. Construiu-se socialmen-

te a figura da mãe assistida pelo Estado. Construiu-se socialmente o lugar das mulheres como clientes do Estado.

Cabe ao movimento de mulheres resignificar a assistência como direito, e cabe aos movimentos comprometerem-se com a formulação de políticas que contribuam para maior equidade de gênero. Não parece ser suficiente uma atuação apenas dirigida ao Estado. Uma intervenção permanente no campo da cultura e renovação de mentalidades se faz ainda mais necessária de modo a desenvolver uma visão não produtivista/economicista para as políticas públicas, em especial as políticas sociais, que ultrapassem a solidariedade para com as mulheres.



Fernand Léger

Gênero e planejamento*

NALUFARIA**

O objetivo deste texto é apresentar brevemente a discussão sobre os modelos teóricos voltados à correção da desigualdade entre mulheres e homens, com base na literatura das ONGs latino-americanas. Este é um debate que continua e esses modelos teóricos estão permanentemente em construção. Um marco importante para esse debate foi o texto de Maxine Molyneux, que se propôs avaliar os resultados da política do governo sandinista em relação às mulheres.

Esta análise trabalha com o conceito de interesses práticos e estratégicos de gênero, por entender ser difícil generalizar em torno dos "interesses da mulher". Considera importante especificar como as diversas categorias de mulheres se afetam de maneira distinta, segundo as particularidades de sua posição social e de suas identidades escolhidas. Considera os interesses de gênero como aqueles que as mulheres (ou os homens) podem desenvolver em virtude de sua localização social baseada em seu gênero. Podem ser estratégicos ou práticos, e ambos derivam de maneira diferente

e envolvem diferentes implicações para a subjetividade das mulheres.

Os interesses práticos de gênero se dão por indução e procedem das condições concretas da posição da mulher, em virtude de seu gênero, dentro da divisão sexual do trabalho. Os interesses estratégicos são aqueles vinculados à mudança da posição das mulheres nas relações de gênero, a partir dos quais se formulam propostas que buscam a superação da desigualdade entre mulheres e homens.

Os interesses estratégicos se deduzem de uma análise global da posição das mulheres nas relações sociais nos campos econômico, social, político e cultural. São parte dos interesses estratégicos a mudança dos papéis sociais, da divisão sexual do trabalho e a transformação das mulheres em sujeitos sociais capazes de controlar suas condições de vida e intervir na orientação da dinâmica social.

No início, houve um grande entusiasmo com a discussão de interesses práticos e estratégicos, pois parecia oferecer contribuições para solucionar

vários desafios colocados na implementação de projetos. Acreditava-se ser uma maneira de entender e integrar em um marco comum a variedade de interesses dos diferentes grupos de mulheres, ou seja, os interesses práticos de gênero de cada mulher definem sua situação ou condição. O paradigma também oferecia uma maneira de pensar os interesses que não são comuns às mulheres, definidos como estratégicos.

Caroline Moser, uma das grandes difusoras da questão do planejamento de gênero, considerou que esta distinção feita por Molineux tem um enorme significado para a análise de gênero. Para planejamento importa a distinção entre necessidades práticas e estratégicas de gênero que, segundo ela, oferece uma das principais ferramentas.

Foi estruturado todo um diagrama para se pensar planejamento de gênero a partir da idéia de necessidades práticas e estratégicas, e da idéia de que as mulheres exercem um triplo papel, que ela define como

* Texto elaborado para subsidiar workshop realizado pela ABONG em 1996.

** Psicóloga, coordenadora da SOF e diretora executiva da ABONG.

de reprodutoras, de produtoras e de gestão comunitária.

Esses roteiros e diagramas ordenam primeiro as situações das mulheres, objetos da ação do projeto ou da entidade, e depois as atividades dirigidas a atender seus interesses práticos e estratégicos de gênero.

De um lado foi de fácil manejo para pessoas com pouco conhecimento na temática. Porém esses exercícios possibilitaram um nível de simplificação e esquematização muito grande.

As críticas da utilização deste modelo na América Latina apontam para falhas na captura da natureza mutável, diversa, conflitiva e também afetiva e emocional das múltiplas experiências das mulheres, que se desdobraram em contextos históricos específicos de carências, crises econômicas, e em realidades multiculturais e pluriétnicas. Têm sido experiências diversas que geram também múltiplos, mutáveis e conflitivos interesses não só entre as mulheres senão dentro de cada mulher.

Nancy Fraser problematiza a noção de necessidades e põe em questão certas implicações que esta tem para um projeto global de transformação da situação e da posição das mulheres. Sua análise se refere a países com Estados de Bem-Estar, onde a articulação de necessidades dos diversos grupos frequentemente os jogam em uma competição com outros grupos que tem outras necessidades. Ela demonstra como o reconhecimento de que uma necessidade pertencente a um ou a outro setor social é um ato político. Existe um conjunto de necessidades que podemos dizer legitimadas em diferentes contextos. Uma necessidade das mulheres que não coincida com esse conjunto, que não apele ao vocabulário existente de necessidades, dificilmente poderá ser reconhecida como tal. Assim, uma neces-

sidade que em um determinado momento não é reconhecida, no futuro poderá ser legitimada. Entretanto, os esquemas que traduzem interesses de gênero em necessidades de gênero das mulheres estão condenados a trabalhar com o vocabulário de necessidades que é corrente neste momento histórico.

Além disso, Fraser discute a relação entre necessidades e direito e diz "me alinho com aquelas pessoas que preferem traduzir as demandas justificadas em direitos sociais.



Fernand Léger

Como muitos críticos radicais aos programas de bem-estar social existentes, meu compromisso é opor às formas de paternalismo que surgem quando as demandas de necessidades estão separadas das demandas de direitos".

Outra teórica crítica ao modelo das necessidades, Jeanine Anderson, propõe três novos enfoques nos quais tenta abordar a complexidade das mudanças desejáveis nas relações de gênero: o enfoque da autonomia, o enfoque de procedimentos

e finalmente o enfoque da igualdade.

O enfoque da autonomia chama a atenção sobre as articulações entre as diversas experiências das mulheres e a necessidade de considerar que, em qualquer projeto de mudança, deve-se formular uma proposta capaz de abarcar a situação global das mulheres, reconhecendo e valorizando sua diversidade.

O enfoque dos procedimentos procura analisar, no funcionamento das instituições, as regras de procedimentos e como se aplicam distintamente a mulheres e homens, ao envolver diferenças formais e amplitudes diferenciadas de acesso às decisões, além de identificar os fatores que inibem a participação das mulheres e os fatores que conduzem à auto-inibição.

O enfoque da igualdade reconhece que esta é um dos objetivos centrais nos projetos de desenvolvimento para, e com as mulheres, e distingue pelo menos três tipos de igualdade: de trato, de oportunidades e de resultados.

A discussão sobre gênero e planejamento ainda é um tema com pouco acúmulo no mundo das ONGs. Ainda não se conseguiu

sistematizar e conceituar a partir das experiências desenvolvidas, e da teoria geral sobre planejamento e desenvolvimento social. O ato de se desenvolverem em âmbitos geográficos e sociais reduzidos limitam as possibilidades de se contribuir mais significativamente ao planejamento dos programas sociais.

Mas é uma discussão que tem crescido. Iniciou com a avaliação de projetos e foi ampliando para a construção de categorias destinadas a se pensar o planejamento, a construção de

indicadores de impacto e também as relações com as instituições, em particular o Estado, onde a questão do poder local tem tido peso, por ser um espaço onde muitas experiências têm se desenvolvido.

Virginia Guzmán e outras elaboraram um critério estrito para avaliar a presença da dimensão de gênero nas

Políticas Públicas. Entenderam por incorporação da dimensão de gênero nas Políticas Públicas a vontade explícita de promover uma redistribuição entre os gêneros em termos de: designação de recursos públicos; direitos civis e de participação; posições de poder e autoridade; e valorização do trabalho de homens e mulheres.

Isto implica em dispor de conhecimento e informação necessários sobre as diferenças entre homens e mulheres no âmbito da atuação do Estado, e antecipar os efeitos das políticas públicas na desigualdade de oportunidades, de resultados e de trato entre os sexos.”(Guzman et al., 1994).

Conclusão

No Brasil, só recentemente começou a circular de maneira mais ampla essa discussão, ainda restrita ao modelo de Caroline Moser. A tendência é que ela ocorra nos espaços em que estão em debate as relações entre políticas públicas e gênero, principalmente no

âmbito governamental, em particular dos governos municipais e estaduais onde existirem organismos específicos para pensar políticas voltadas às mulheres.

Nesse processo as ONGs brasileiras que trabalham com gênero poderão

cumprir um papel importante no aprofundamento dessa discussão, e na formulação de propostas sobre gênero e planejamento voltado às políticas públicas.

Bibliografia

- ANDERSON, Jeanine. **Intereses o Justicia. Adonde va la discusión sobre la mujer y el desarrollo?** Entre Mujeres. Lima, Peru, 1992.
- FERNANDES PONCELA, Anna M. **Tiene género la política social?** em Carlos Vilas (org), **Estado y políticas sociales después del ajuste.** UNAM-México/Nueva Sociedad-Venezuela, 1995.
- FRASER, Nancy. **La lucha por las necesidades: esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política do capitalismo tardio** em Propuestas, Red Entre Mujeres, Peru, agosto 1994.
- MOLINEUX, Maxine. **La mujer, el estado y la revolución: El caso de Nicaragua** em Inprecor, num. 66.
- MOSER, Caroline O. N. **Planificación de Género y Desarrollo.** Entre Mujeres/Flora Tristán. Lima, Peru. 1995
- GUZMAN, Virginia. **EL género en la planificación social,** em **Sin Morir em el Intento,** Red Entre Mujeres. Lima, Peru. 1994